

Neoliberalismo, Consenso de Washington e Mídia Neoliberal: a tríade do desmonte da educação pública profissional e tecnológica (EPT)

Neoliberalism, Washington Consensus and Neoliberal Média: the triad of dismantling public vocational and technological education (EPT)

Neoliberalismo, Consenso de Washington y Medios Neoliberales: La tríada del desmantelamiento de la educación profesional y tecnológica (EPT) pública

Recebido: 22/03/2022 | Revisado: 29/03/2022 | Aceito: 07/04/2022 | Publicado: 12/04/2022

Gerônimo Vicente dos Santos¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0675-9726>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, Brasil

E-mail: geronimo.vicente@ifal.edu.br

Nelson Vieira da Silva Meirelles

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0062-8941>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, Brasil

E-mail: nelson.silva@ifal.edu.br

Resumo

O artigo aborda a influência da hegemonia dominante na educação pública brasileira, fundamentalmente na educação profissional e tecnológica (EPT), por meio do uso de três mecanismos do capitalismo para inibir qualquer possibilidade de educação pública e, especificamente, de ensino médio integrado. educação profissional, seja uma jornada para superar o dualismo formação intelectual versus formação manual e transformar as relações que provocam o fim da desigualdade educacional. Trata-se da tríade, neoliberalismo, sua célula denominada “Consenso de Washington” e a mídia neoliberal brasileira, conluio de interesses políticos e econômico-sociais que, no Brasil, país dependente do capital internacional, contribui para o desmonte do serviço público e especificamente da educação pública e gratuita, para devorar o que resta das políticas públicas e assistenciais do Estado, obstruindo a efetivação dos direitos sociais e civis dos cidadãos garantidos no artigo 6º da Constituição Brasileira, promulgada em 5 de outubro de 1988. A Metodologia consiste de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica com consultas a trabalhos que tratam de temas e também de análises de reportagens da mídia corporativa nacional, cujas narrativas atestam o abandono do ensino público e a apresentação do setor privado como solução para o caos visível causado. por esta estrutura do poder dominante. Nos últimos anos, a resistência da sociedade civil organizada impediu que o desmonte ocorresse em sua totalidade na educação pública e gratuita.

Palavras-chave: EPT; Educação omnilateral; Ensino; Mídia; Neoliberalismo.

Abstract

The article addresses the influence of the dominant hegemony on Brazilian public education, fundamentally on vocational and technological education (EPT), through the use of three mechanisms of capitalism to inhibit any possibility of public education and, specifically, of integrated secondary education. professional education, is a journey to overcome the dualism of intellectual training versus manual training and transform the relationships that bring about the end of educational inequality. This is the triad, neoliberalism, its cell called the “Washington Consensus” and the Brazilian neoliberal media, a collusion of political and economic-social interests that, in Brazil, a country dependent on international capital, contributes to the dismantling of the public service and specifically of public and free education, to devour what remains of the State's public and assistance policies, obstructing the realization of the social and civil rights of citizens guaranteed in article 6 of the Brazilian Constitution, promulgated on October 5, 1988. The Methodology consists of a qualitative and bibliographical research with consultations to works that deal with themes and also analysis of reports from the national corporate media, whose narratives attest to the abandonment of public education and the presentation of the private sector as a solution to the visible chaos caused. by this dominant power structure. In recent years, the resistance of organized civil society has prevented the dismantling from taking place in its entirety in public and free education.

Keywords: EPT; Omnilateral education; Teaching; Media; Neoliberalism.

¹ Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT/IFAL, sob a orientação do professor-doutor Nelson Vieira, especialista em Comunicação Empresarial. Jornalista, graduado pela Universidade Federal de Alagoas (1986) servidor do Campus Benedito Bentes do Instituto Federal de Alagoas (Ifal) no cargo de produtor cultural.

Resumen

El artículo aborda la influencia de la hegemonía dominante en la educación pública brasileña, fundamentalmente en la educación profesional y tecnológica (EPT), mediante el uso de tres mecanismos del capitalismo para inhibir cualquier posibilidad de educación pública y, específicamente, de educación secundaria integrada. La educación profesional, es un camino para superar el dualismo formación intelectual versus formación manual y transformar las relaciones que provoquen el fin de la desigualdad educativa. Esta es la tríada, el neoliberalismo, su célula llamada “Consenso de Washington” y los medios neoliberales brasileños, una colusión de intereses políticos y económico-sociales que, en Brasil, país dependiente del capital internacional, contribuye al desmantelamiento del servicio público y específicamente de la educación pública y gratuita, para devorar lo que queda de las políticas públicas y asistenciales del Estado, obstruyendo la realización de los derechos sociales y civiles de los ciudadanos garantizados en el artículo 6 de la Constitución brasileña, promulgada el 5 de octubre de 1988. La Metodología consiste de una investigación cualitativa y bibliográfica con consultas a obras que tratan temáticas y también análisis de reportajes de medios corporativos nacionales, cuyas narrativas atestiguan el abandono de la educación pública y la presentación del sector privado como solución al caos visible provocado por esta estructura de poder dominante. En los últimos años, la resistencia de la sociedad civil organizada ha impedido que el desmantelamiento se produzca en su totalidad en la educación pública y gratuita.

Palabras clave: EPT; Educación omnilateral; Enseñanza; Medios de comunicación; Neoliberalismo.

1. Introdução

A influência do capital tem ditado, desde a década de 1940, regras sobre a política da educação profissional e tecnológica (EPT), impondo os requisitos para a formação técnica, como meio para atender, exclusivamente, à oferta de mão-de-obra exigida pelo mercado de trabalho.

A situação se acentuou com a introdução do neoliberalismo no País, que teve como suporte específico, o governo do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (FHC), a partir de 1995. Desde esse período, foi formado um consórcio de desmonte da educação pública, articulado por esse modelo do sistema capitalista, por intermédio de uma das suas células, chamada “Consenso de Washington”², agregado a um processo de práticas insidiosas que são incorporadas em formas de notícias transmitidas pela mídia neoliberal brasileira, cuja finalidade principal dessas informações é estabelecer crenças para obter o apoio da população para a preservação dos interesses da hegemonia dominante. Esses três mecanismos são temas de discussão neste artigo e foram analisados a partir das leituras bibliográficas do componente curricular Bases Conceituais, integrante do programa de mestrado ProfEPT do Instituto Federal de Alagoas (Ifal). O conteúdo textual não traz uma análise dos artigos acadêmicos recomendados, mas sim, um ponto de vista deste autor sobre as questões discursivas apresentadas nas leituras indicadas, entre as quais, a influência do sistema neoliberal na redução da estrutura do Estado, a resistência da sociedade civil organizada contra elite dominante e em defesa da educação pública, a contribuição dos governos como parceiro institucional da política reducionista estatal, a flexibilização do trabalho e, conseqüentemente do ensino profissional, como barreira ao propósito da oferta de uma educação omnilateral e o papel da mídia como corresponsável pelo processo de desmonte da administração pública, incluindo a EPT.

2. Metodologia

Este trabalho é resultado de temas de discussão analisados a partir das leituras de publicações bibliográficas apresentadas durante o componente curricular Bases Conceituais, integrante do programa de mestrado ProfEPT do Instituto Federal de Alagoas (Ifal) que tem como Instituição Associada (IA) o Campus Benedito Bentes do Instituto Federal de Alagoas (Ifal). O conteúdo textual apresenta um ponto de vista deste autor sobre as questões discursivas apresentadas em sala de aula, entre as quais, a influência do sistema neoliberal na redução da estrutura do Estado, a resistência da sociedade civil organizada

²conjugação de grandes medidas — que se compõe de dez regras básicas — formulada em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras situadas em Washington D.C., como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, fundamentadas num texto do economista John Williamson, do *International Institute for Economy*. (WIKIPEDIA -https://pt.wikipedia.org/wiki/Consenso_de_Washington).

contra elite dominante e em defesa da educação pública, a contribuição dos governos de ideologia neoliberal como parceiros institucionais da política de reducionismo estatal, a flexibilização do trabalho e de mão-de-obra, ações de desmonte que tiveram efeitos na educação profissional, como barreira ao propósito da oferta de um ensino omnilateral. A mídia, apresentada como um dos aparelhos ideológicos do Estado, como afirma Althusser (1980, p.9.), apresenta-se como corresponsável pelo processo de desmonte da administração pública, incluindo a EPT.

Para Minayo (2010), o método qualitativo da pesquisa:

É o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam (Minayo, 2010, p. 57).

Ao refletir sobre suas inquietações a respeito da prática da imposição de um modelo neoliberal no sistema de educação, incluindo a educação profissional e tecnológica, o autor aponta no texto os mecanismos de interesses político-econômico, além de imperialista, que estão por trás de políticas públicas de reducionismo estatal.

A leitura das obras despertou, no autor, a percepção do encadeamento entre as ações dos organismos internacionais de âmbito financeiro, como o Banco Mundial e o Bird, entidades mundiais de caráter comercial e humanitário, o governo brasileiro e a mídia corporativa nacional, no propósito de manter os interesses do capital e, no caso da educação, a preservação da dualidade entre o ensino intelectual destinada aos filhos de dirigentes e a preparação da mão-de-obra para as classes menos favorecidas e subalternas do sistema de exploração dominante, como afirma Gramsci (2001, p. 13-53).

Para Gil (2007, p.44), “os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são as investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema”.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de websites. Qualquer trabalho científico inicia-se como uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações com conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura resposta (Fonseca A, 2002, p.32).

No trabalho, o autor apresenta um panorama do comprometimento da administração pública com os interesses privados do capital e os seus efeitos no desmonte do serviço público e, especificamente na educação profissional e tecnológica (EPT). Entre as leituras que resultaram na produção do artigo estão trechos do livro *Caminho da Servidão*, de, Friedrich Hayek, apontado, por economistas, como o “pai do neoliberalismo”, Milton Friedman (1985), seguidor de Hayek e defensor da política neoliberal e os artigos dos autores marxianos Demerval Saviani, Marise Ramos, Maria Ciavatta e Acácia Kuenzer. No âmbito da influência da imprensa brasileira como suporte do desmonte estatal, o autor recorre a Loraci Tonus, autora de uma dissertação sobre educação pública brasileira e a imprensa neoliberal, publicação de 2001, além dessa obra, houve consultas feitas aos principais portais de notícias da mídia corporativa, como a revista *Veja*, os jornais *Folha de São Paulo*, o *Globo* e *Estadão* e emissoras de televisão *Globo* e *CNN* para realização de uma análise de conteúdo das informações veiculadas sobre a educação pública em comparação com o ensino na iniciativa privada.

Para evidenciar o conluio da tríade Neoliberalismo, Consenso de Washington e Mídia Neoliberal brasileira com o sucateamento do Estado no favorecimento ao mercado de capitais internacionais, o autor apresenta recortes sobre

reportagens dos principais veículos da imprensa corporativa, nos quais se evidencia a narrativa e o discurso pejorativos em relação ao serviço público e contra a educação pública e gratuita, especialmente à EPT.

A hipótese a se destacar é de que, a leitura do referido artigo possa estimular a reflexão e debates sobre a influência desta tríade, representativa do capital, na educação pública brasileira e, especialmente, na educação profissional e tecnológica. O autor sugere que somente com uma interpretação crítica da atuação desses segmentos do capital em relação à sociedade é que se pode buscar a consciência e a emancipação humana na relação de classe social.

3. Tríade do Desmonte do Ensino Público

A hegemonia dominante ficou atordoada, no final de maio de 2021, com o discurso do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, na data em que seu governo completou 100 dias. Biden prometeu ressignificar o papel do Estado como agente impulsionador de desenvolvimento social, por meio de investimentos financeiros do governo em áreas que vêm provocando debate público nos últimos anos como, a imigração, o meio ambiente, a igualdade de gênero, emprego, mudanças climáticas, infraestruturas, além do aumento de impostos para empresas multinacionais e para a população rica norte-americana.

"Vamos aumentar o salário mínimo para US\$15. Ninguém que trabalha 40 horas por semana deve viver abaixo da linha da pobreza." (BIDEN,2021).

As promessas do chefe de Estado soaram, na elite americana, como uma reversão às práticas do neoliberalismo. O discurso causou susto também à cúpula de intelectuais orgânicos e defensores de um dos mais perversos modelos de exclusão social do sistema capitalista que se chama "Consenso de Washington". Essa modalidade reguladora das economias mundiais foi criada no início da década de 1990, cuja peça de retórica é estabelecer-se, em todo o planeta, como uma alternativa viável capaz de estancar a crise no capitalismo mundial. Essa diretriz, além de ter a chancela do neoliberalismo, conta com o expressivo 'auxílio luxuoso' das elites privilegiadas, entre as quais os donos dos conglomerados da mídia mundial. É neste contexto que se analisa as ações imputadas pelo capital aos países pobres e dependentes do capitalismo contra trabalhadores e contra a educação pública omnilateral pregada pela educação profissional e tecnológica, por essa tríade representada pelo neoliberalismo, pelo Consenso de Washington e pela mídia neoliberal

O artigo, relata a travessia histórica da educação profissional no Brasil que teve parte de sua memória ameaçada, no momento em que governos aliados dessa política de exclusão, a partir da década de 1990, associaram-se ao projeto neoliberal que impôs uma ação de desmonte da máquina administrativa estatal em obediência aos ditames dos organismos internacionais. Essa ação foi mais intensificada na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), a partir da sanção da Lei 9.493/96, do Decreto nº2.208 e da Lei nº 9.649/98

[...] o Estado brasileiro passa a responder às suas especificidades e ainda, acompanhando esta corrente estruturou a Educação Profissional a serviço das necessidades emergentes do mercado de trabalho (Krawczyk; Vieira, 2008, p.51).

Ressalte-se a vasta contribuição da mídia no processo de promoção do descrédito e do sucateamento da educação pública, incluindo o ensino profissional e tecnológico, por meio de suas mais diversas plataformas de comunicação social e se utilizando das táticas de desvios de informações de interesse público, nas quais, a qualidade do funcionamento das instituições de ensino no que se refere à estrutura física e tecnológica e à atuação funcional de seus servidores, são questionadas de forma insistente, inclusive sendo comparada, de modo pejorativo, às práticas do sistema privado de ensino.

No caso da EPT, historicamente, a imprensa brasileira tem rasgado elogios, em suas plataformas de mídias, ao Sistema S³ (Senac, Sesc, Senai, Senar, etc), entidades representativas do patronato brasileiro e, evidentemente, consideradas pelos veículos de comunicação como modelo de educação profissional eficiente. Como consequência, observa-se que a cada década, a expansão do “pacote de maldades” neoliberal estrangula as conquistas sociais e privilegia a pedagogia privatista, ao reforçar as intenções do mercado financeiro em pontuar o dualismo entre alunos pobres impondo-lhes o trabalho manual e limitando os conhecimentos científicos e, por outro lado, elevando o privilégio educacional aos filhos da classe de dirigentes, ao aplicar a esses, as atividades intelectuais e que lhes garantam a manutenção da herança do *status quo* da dominação de classe.

3.1 A cartilha neoliberal e o sucateamento do ensino público e da EPT

A bandeira do neoliberalismo é a garantia da necessidade de haver a liberdade de mercado sem interferência do Estado. Um comportamento inverso a este não é admissível por essa corrente que domina o capitalismo e que foi introdutora do termo “globalização”, a partir do que se convencionou chamar de sociedade do conhecimento⁴. A retórica de que os serviços públicos prestados à população são ineficientes tem sido o código usado pela hegemonia dominante e seus intelectuais orgânicos para inculcar à população o discurso comparativo entre o comportamento organizacional da iniciativa privada e o exercício das atividades funcionais na administração pública. A comparação intencionada, na maioria dos casos, tende a demonstrar que a excelência na qualidade está nas empresas privadas enquanto os serviços prestados pelo Estado à população são considerados ineficazes e deteriorados. Todavia, tudo tem início pela dicotomia entre patrões e trabalhadores. Tonus (2001) explica que, na visão do neoliberalismo, os sindicatos fortes são apontados como os responsáveis pela desigualdade social. Para quebrar a espinha dorsal, afirma a autora, seria preciso criar excedentes de trabalho - isto é desemprego - abortar greves, produzir legislação anti-sindical e coagir trabalhadores individualmente.

Deste modo, o neoliberalismo, idealizado em 1944 pelo economista austríaco, Friedrich Hayek, impõe aos países pobres e às nações dependentes do capital, como por exemplo, o Brasil, a condição de alterar as economias e setores sociais. Para Hayek (1984, p.110-111) “no regimento da concorrência, as possibilidades de um homem pobre conquistar grande fortuna são muito menores que as daquele que herdou sua riqueza [...] o enriquecimento depende unicamente dos indivíduos e não do favor dos poderosos”.

Friedrich Hayek é autor da obra *O Caminho da Servidão* (1944) na qual defendia a tese de que a planificação econômica conduz à ditadura e ao totalitarismo, ou seja, a supressão da liberdade. Ao longo dos anos, essas ideias foram transformadas em práticas e, com elas, alguns fundamentos de liberdade que, na opinião do “pai do neoliberalismo”, são representados pela individualidade, racionalidade e egoísmo.

Na teoria neoliberal, além da defesa do “deus mercado”, o que surpreende também é a necessidade de o neoliberalismo produzir frequentes taxas de desemprego como estratégia para enfraquecer o movimento sindical. No Brasil há exemplos dessas práticas, com suporte estatal, no processo de desmobilização de trabalhadores como, bancários e petroleiros, categorias profissionais que, até o final da década de 1990, detinham a vanguarda das reivindicações trabalhistas. Para Milton Friedman (1985) que foi seguidor de Hayek, “a simples existência de sindicatos é fator prejudicial ao consumo da sociedade. As entidades sindicais também são vistas pelo neoliberalismo como responsáveis pela diminuição do lucro das empresas”.

³Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar).

⁴conceito que define um tipo de sociedade já não baseada na produção agrícola ou industrial, mas na capacidade de pesquisar, inovar e produzir informação. (Fonte: disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/a-sociedade-do-conhecimento/>. Acesso em 23/06/2021).

Se os sindicatos resistirem a uma redução de salários [...] restarão duas alternativas: ou usar a coação (isto é, escolher certos indivíduos e transferi-los, compulsoriamente, a outras funções menos bem remuneradas), ou então deixar que aqueles que já não podem ser empregados com salários relativamente altos [...] permaneçam desempregados até se disporem a aceitar trabalhos menos bem pagos. (Hayek 1984, p.188).

Sob o manto da social-democracia⁵, corrente política surgida na França no fim do século XIX e, originalmente de centro-esquerda, o governo FHC inaugurou as práticas neoliberais no Brasil, a partir de 1995, embora esse modelo capitalista tivesse sido descortinado durante a gestão de Fernando Collor de Mello na Presidência da República (1990-1993). As investidas do governo FHC em favor do Estado Mínimo em nada lembrava a social-democracia francesa, mas, ao contrário, muito se assemelhavam às plataformas políticas do continuísmo da centro-direita, incorporada no país por 21 anos no poder em forma de ditadura militar (1964-1985).

Forjou-se assim um projeto societário de capitalismo dependente cuja marca específica é de um desenvolvimento desigual e combinado. Fundaram-se estruturas sociais, econômicas, políticas e jurídicas que permite altíssima concentração da propriedade de renda” (Frigotto et al., 2014)

O ensino profissional e tecnológico tem sido o alvo principal da mercantilização da educação básica nessas últimas três décadas. Ao assinar o Decreto número 2.208/97 que extingue o ensino médio integrado à educação profissional, o governo FHC, segundo Ciavatta (2015), oculta a memória da formação profissional, promove um “apagão de mão-de-obra”, alimenta a dualidade, dando poder hegemônico aos latifundiários e aos empresários e estabelece uma educação fragmentada e aligeirada. Frigotto (2006) afirma que “se não bastasse tamanho desmonte, a elite empresarial e financeira ainda responsabiliza o trabalhador pela falta de qualificação no mundo do trabalho”.

Não por acaso, os embates mais duros no processo constituinte e desde os primeiros debates da LDB, deram-se em torno da educação tecnológica e profissional. A forte mobilização da sociedade civil vinculada aos interesses dos trabalhadores pela democratização e por uma nova função do Sistema S [...] e a resistência dos aparelhos de hegemonia do capital evidenciavam que a mentalidade empresarial e seus gestores não estavam dispostos a ir além da “modernização do arcaico” (Frigotto, 2006).

No funcionalismo público, a evidencia do neoliberalismo é perceptível, a partir da política de arrocho salarial, por meio de congelamento de vencimentos, praticado pelo governo FHC, principalmente aos servidores da área da educação das instituições públicas de ensino e estabelecendo uma meritocracia que privilegia o que passou a chamar de carreiras típicas do Estado, ou seja, aquelas vinculadas às atividades de fiscalização, controle e arrecadação. Esse método neoliberal teve efeito desastroso na carreira dos técnicos administrativos das instituições federais de ensino.

Conforme cita Ebrahim et al (2022):

somado à falta de compreensão administrativa e política pelas/os servidores/as TAEs da sua relevância na engrenagem da estrutura pública de ensino para o adequado desenvolvimento das atividades finalísticas da instituição, desencadeia-se a ampliação da dissociação entre a área meio e a área-fim, trazendo prejuízos motivacionais e operacionais e, por consequência, ao conjunto de serviços ofertados pelo órgão (Ebrahim, 2022).

A engrenagem movida pelo Estado em direção às tendências globalizantes teve reflexos na formação profissional e no mundo do trabalho e se configurou na flexibilização do ensino e na ascendência da pedagogia das competências, conforme os

⁵É uma ideologia política que apoia intervenções econômicas e sociais do Estado para promover justiça social dentro de um sistema capitalista, e uma política envolvendo Estado de bem-estar social, sindicatos e regulação econômica, assim promovendo uma distribuição de renda mais igualitária e um compromisso para com a democracia representativa. (Fonte: Wikipedia: disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Social-democracia>. Acessado em 23/06/2021).

ditames dos organismos internacionais, entre esses, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bird), a Unesco e a Organização Internacional do Trabalho OIT).

O Decreto nº 5.154/2004 assinado no Governo Lula reeditou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/97) e autorizou às instituições de EPT a reintegrar o ensino técnico à educação profissional. Esta legislação ainda é vigente, porém está sob constantes ameaças de reviravolta por parte do poder hegemônico. O pano de fundo de toda a discussão é a formação profissional, por meio da oferta de uma educação geral que promova a emancipação humana e supere o dualismo provocado pelo mercado para, deste modo, proporcionar a universalização do ensino. À classe dominante, não interessa um projeto que inverta percentuais que não são favoráveis aos seus interesses político-econômicos. Isto é demonstrado na pesquisa revelada Saviani (2003), ao apontar que, “apenas 46% dos jovens têm acesso ao ensino médio, sendo que mais da metade destes, o fazem no turno noturno e grande parte na modalidade de supletivo”. Isto porque esse percentual de jovens precisam trabalhar.

A extrema desigualdade socioeconômica obriga grande parte dos filhos da classe trabalhadora nacional a buscar, muito antes dos 18 anos de idade e até crianças a inserção no mundo do trabalho, no intuito de complementar a renda familiar ou de auto-sustentação. Essas pessoas seguem com baixíssima escolaridade e sem nenhuma qualificação profissional engordando as fileiras do trabalho simples, mas contribuindo, fortemente, para a valorização do capital. É a nossa realidade rebelde (Saviani, 2003. a).

Daí, a voracidade do neoliberalismo de tornar sem crédito à educação pública para então, abocanhar esse público-alvo, tirá-lo da escola em um momento crucial de transmissão de conhecimentos e entregá-lo, como mão-de-obra barata, à iniciativa privada.

A todo custo, o neoliberalismo contribui para deter o processo de formação geral e humanística na rede pública de ensino profissional e tecnológica. A universalização do ensino vai de encontro à política de alienação patrocinada pela ideologia dominante também promotora de um estranhamento do trabalhador sobre aquilo que foi produto de sua ação manual e intelectual. Para Gramsci (1982, p.121) “a escola unitária ou de formação humanista, de cultura geral deveria se propor a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los levado à criança intelectual e prática a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa”. A omnilateralidade tem em seu conceito uma conexão com uma outra concepção marxiana que é a educação politécnica. Ambas têm o significado de formação geral ou de politecnicidade como princípio básico do currículo integrado. Saviani (1998) afirma que a educação politécnica significa o domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno.

3.2 A influência do Consenso de Washington no desmonte da EPT

Somente uma tragédia no planeta do tamanho da pandemia da Covid-19 foi capaz de abalar a sanha do capitalismo e a ferocidade da célula-raiz do neoliberalismo que é o Consenso de Washington. O escancaramento da gritante desigualdade social provocada pela crise econômica mundial, conduz os mesmos intelectuais neoliberais a repensar um novo modelo de acumulação do capital de âmbito global. Foi então que surgiu a nova burguesia, ligada à política neoliberal e detentora de serviços privados que antes eram públicos, a exemplo da previdência privada, a avalanche de faculdades particulares de ensino superior, o ensino a distância, a popularização do seguro-saúde privado e o controle particular dos meios de transportes.

Um fator que contribui para o controle absoluto da educação profissional, pelo projeto neoliberal, a partir da década de 1980, foi o fortalecimento de classe do capital que ganhou espaços por meio das confederações patronais da Indústria e do Comércio, além da criação dos institutos Euvaldo Lodi (EDL) e Herbert Levy (IHL). A ramificação neoliberal também atingiu o parlamento brasileiro por meio da representatividade do agronegócio e, no Judiciário, com magistrados comprometidos com o latifúndio. Desse movimento direitista surge um confronto nas práticas educativas entre o tecnicismo, economicismo, fragmentação, dualismo do lado da elite hegemônica e a defesa da escola pública, gratuita, laica, universal, omnilateral,

politécnica ou tecnológica, por parte dos trabalhadores. O método dual facilitou a abertura para que as conquistas constitucionais fossem anuladas para atender as diretrizes dos organismos internacionais, conforme enunciados pelo Consenso de Washington. Entidades como, a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) seguidora da prática de desmonte do Estado e da EPT pública emitiu documento no qual afirma:

Aqui se faz uma opção; por um Brasil moderno, eficiente e competitivo, adulto e sem paternalismo; inserido no Primeiro Mundo, respeitando os valores fundamentais da comunidade internacional que são também os nossos (FIESP, 1990).

Numa perspectiva de transformar o que é público em mercadoria, o Consenso de Washington inclui a educação profissional nessa regra e uma das táticas adotadas é a utilização da análise comparada entre o Brasil, os Estados Unidos e os países avançados da Europa, tendo como fonte indutora, o próprio governo federal ao divulgar, índices comparativos de desenvolvimento humano (IDH) e avaliação do ensino público, ações estimuladas por organismos, como a Organização Mundial da Saúde, a Unesco e a OIT. Frigotto (2007, p 129-1152)) se refere a esse episódio ao citar que este ideário foi tornando consequência prática nos oito anos de governo Fernando H. Cardoso de forma competente, seguindo os ditames do que foi conhecido como Consenso de Washington, a cartilha de ajustes dos países dependentes para se adequarem aos objetivos dos contra-hegemônicos do sistema capitalista mundial.

Frigotto e Ciavatta (2003, p.53) alertam sobre as estratégias de reelaboração do capital e evidenciam que o projeto neoliberal vem sofrendo reelaborações e se disfarçando sob novos aspectos de participação da sociedade civil pela via do mercado, potencializando a perspectiva mercantil do cidadão produtivo.

Para Kuenzer (2008), “a análise dessas medidas à luz da reestruturação capitalista nos permite identificá-las como meios de adequação da formação de trabalhadores ao regime de acumulação flexível”.

Como forma de escancarar ainda mais o “entreguismo”, FHC indicou como ministro da Educação, Paulo Renato Souza, ex-funcionário do Banco Mundial e que liderou as reformas educacionais no plano organizativo e no pensamento liberal, com bases em profissionais com vínculos orgânicos a esses organismos financeiros e políticos, tais como Cláudio de Moura Castro, João Batista de Araújo e Guiomar Namó de Mello. O projeto foi transformar a ideologia privada do capital, do mercado e dos homens de negócios em política oficial do Estado. Portanto, o ideário pedagógico dos parâmetros curriculares e a avaliação centrada na concepção produtivista e empresarial das competências e da competitividade não foram atos inocentes.

Por pressão da sociedade civil, o governo Lula iniciou um processo de contrarreforma neoliberal na educação, tendo como ponto de partida a revogação do decreto nº 2.208/97. Mesmo assim, grupo formado por diretores de Cefets, secretários estaduais de Educação e representantes do Sistema S adeptos ao neoliberalismo e que não tinham interesse no retorno da proposta do ensino médio integrado à educação profissional, tentou interromper a tramitação da proposta legislativa, mas os dirigentes não lograram êxito e o Decreto 5.154/2004 vigora até a atualidade.

“É preciso reconhecer que a legalidade conferida a esta forma não correspondeu, necessariamente, ao sentido ético-político que orientou a defesa da indissociabilidade entre a formação geral e específica baseada na concepção de formação omnilateral”. (Kuenzer,2008, p. 550)

Embora o modelo de educação profissional e tecnológica no Brasil siga à LDB, no art. 39 da Lei no 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) quanto ao ensino técnico integrado ao ensino médio, a postura do mercado de capital caminha em direção oposta aos trabalhadores ao insistir na pedagogia da competência e na flexibilização da formação profissional. Como afirma Frigotto, (2001), era uma concepção funcional à tradição da educação profissional e técnica no Brasil, gerida com base no mercado e em controles autoritários, segundo os homens de negócio [...] prossegue o intervencionismo estatal patrocinado pelo Consenso de Washington na busca da consolidação da educação pública

como produto de compra e venda em laços estreitos com o empresariado educacional ao flexibilizar prerrogativas em instituições particulares e prestações de serviços na área da educação, inclusive delimitando os padrões mínimos e máximos de qualidade educacional”.

Silva e Moraes (2022) afirmam em artigo que a “Resolução CNE/CP nº 01/2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a EPT, com sua redação repleta de *mixes* conceituais e temáticos que camuflam o avanço neoliberal (Brasil, 2021), é um desses instrumentos que fazem as lutas e conquistas em direção a uma educação equitativa parecerem apenas uma concessão do capitalismo”.

Dilma Vana Rousseff foi eleita, em 2010 a primeira presidenta do país, e herdou do governo Lula as linhas gerais de enfrentamento à crise de 2008. Segundo Antunes (2015, p. 13):

Dilma manteve basicamente o receituário do segundo governo Lula: crescimento econômico com ênfase na expansão do mercado interno; incentivo à produção de commodities para a exportação (beneficiando especialmente o capital vinculado ao agronegócio); redução de tributos que beneficiam os grandes capitais (industrial, construção civil etc.), mantendo uma política financeira preservadora – em grande parte de seu governo – dos juros altos, procurando garantir apoio do sistema financeiro.

Na defesa de uma política desenvolvimentista, o governo de Dilma Rousseff estabelece a intervenção do Estado na economia, a começar pela política de juros. O que se via como uma vitória dos desenvolvimentistas sobre os monetaristas e o sistema especulativo resultou em uma reação da elite dominante que começou pelo próprio Banco Central que, à época, já cantava autonomia e elevou a taxa de juros devolvendo ao mercado o controle da política econômica. A resistência do governo ante a pressão do mercado, recebeu apoio da burguesia nacional e do capital internacional para prevalecer ao que estabelecia o projeto neoliberal, por meio do Consenso de Washington. Porém, só isso não bastava. Era necessário que houvesse uma prática de comunicação de massa para que houvesse adesão popular, mesmo que de forma equivocada. É nesse momento que a mídia corporativa nacional, agregada ao capital internacional adere ao processo de desmonte do Estado ao funcionar com panfleto chamativo do golpe de 2016 com o apoio dos poderes Legislativo e Judiciário. Depois de lograr êxito, o afiado neoliberalismo fatiou os recursos financeiros do Estado para os serviços essenciais e básicos para população como saúde, educação e moradia garantiu plenos poderes na administração pública.

A partir de 2016 com o controle do poder nas mãos da política liberal, a proposta de desmonte do Estado a cada dia se evidencia. Em 2021, os institutos de educação federal sobre um corte de gastos discricionários (básicos e essenciais, como luz, água, segurança e limpeza de 20% em relação ao ano anterior. Com 618 campi distribuídos pelo país, os institutos federais tiveram no total em 2021, um orçamento de R\$, 1,9 bilhões, segundo o Ministério da Economia.

Em 2015, o orçamento para os gastos discricionários era o dobro de 2021. Desde então, ele só vem caindo. Com isso, além das contas básicas, também ficam prejudicadas as compras de materiais para pesquisa, manutenção dos prédios e o pagamento de bolsas que garantem a permanência dos estudantes pobres. (Extra, 2021, 25 mai.)

Segundo o portal de notícias do jornal fluminense, “O orçamento de assistência estudantil, que chegou a ser de R\$ 1 bi em 2014, caiu para R\$ 460 milhões neste ano. Enquanto isso, o número de estudantes mais do que dobrou: passou de 373 mil para 819 mil”.

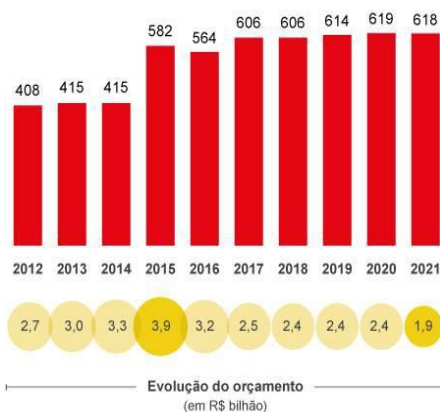
Gráfico 1 - Número e orçamento de campi da rede federal.

NÚMERO E ORÇAMENTO DE CAMPI DA REDE FEDERAL

VALOR DE 2021 É METADE DE 2015

NÚMERO DE CAMPI

Institutos Federais, Cefets e Colégio Pedro II



FONTE: CONIF (DADOS AJUSTADOS PELO IPCA)

De acordo com o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) o orçamento dos campi da rede federal de EPT em 2021 foi a metade do valor orçamentário de 2015 (conforme mostra o gráfico 1) e 18,2% menor do que o orçamento de 2020, o que, neste último caso, equivale a uma redução de R\$ 431.897.262 milhões. A entidade representativa dos dirigentes da EPT informa no site institucional, a decisão da Comissão Mista do Orçamento do Congresso Nacional ainda aplicou um corte de 43 milhões, ou seja, 2,2% no total dos recursos alocados em programações discricionárias nas instituições, tais como assistência estudantil, funcionamento, capacitação. Conforme levantamento financeiro do Conif, o retorno presencial às atividades acadêmicas, com segurança sanitária, deve significar, em 2022, investimentos entre R\$ 96 milhões a R\$ 130 milhões, por parte do governo federal, nas instituições da Rede Federal. Assim, os gestores da rede federal da EPT esperam que o governo possa recompor o índice orçamentário de 2019, como fora prometido pelo Ministério da Educação. Tanto, o gráfico, quanto a informação do Conif demonstram a atitude de “vistas grossas” do governo federal para com a educação pública no âmbito do ensino profissional e tecnológico.

Figura 1 – Cortes nas Universidades e Institutos federais.



A Figura 1 apresenta dados do Ministério da Economia sobre os cortes de recursos financeiros nas universidades federais e institutos federais de Educação. Do total de R\$ 23,6 bilhões, houve um contingenciamento (redução) de R\$ 5,8 bilhões da Educação e deste valor um bloqueio de R\$ 2,4 bilhões que eram destinados às universidades e institutos de ensino. Os dados somente corroboram o compromisso do governo federal com o sucateamento, seguido de desmonte da educação pública e gratuita no âmbito do ensino superior e da educação profissional e tecnológica.

3.3 Mídia neoliberal e neoliberalismo: pares gêmeos no desmonte do ensino público

O favorecimento à hegemonia dominante com a proposta do Estado Mínimo no Brasil, imposto pelo neoliberalismo, não teria ido tão longe, não fosse a fiel contribuição da mídia corporativa nacional. Para Marcondes Filho (1989, p. 22) “imprensa e capitalismo são pares gêmeos. Dificilmente pode-se imaginar a atividade jornalística, nascida no núcleo e dentro da lógica do modo de produção capitalista, como algo distinto dele”. Para o autor, ela [a imprensa] só existe transformando informações em mercadoria e colocando-as, transformadas, alteradas, às vezes mutiladas, segundo as orientações ideológico-partidárias de seus artífices, à venda. O pluralismo e independência tão reverberados pela mídia são fachadas de uma janela indiscreta que tem como fundo a informação transmitida aos leitores, internautas, telespectadores e ouvintes.

A “pasteurização” das notícias é a filtragem que atende, de perto, aos interesses da classe dominante e ludibria a sociedade. “É a história como produção da existência em todos os seus aspectos econômicos, sociais e políticos (MARX, 1979) que nos permite compreender a grita empresarial e aparente “impasse” ou “enigma” do ensino médio e da EPT no Brasil, alimentadas pela mídia e por interesses particulares dos grupos de poder (Frigotto et al., 2005, p.1090).

Uma pesquisa realizada em outubro de 2017 pelo site MOM-Brasil (*Media Ownership Monitor*)⁶, uma espécie de monitoração sobre a propriedade da mídia, mapeou 50 veículos ou redes de comunicação no Brasil em quatro segmentos: onze redes de TV, 12 redes de rádio, 17 veículos de mídia impressa e 10 veículos online. Esses veículos foram selecionados com base na audiência junto ao público. A conclusão foi de que os 50 veículos de comunicação analisados pertencem a grupos que possuem interesses econômicos, políticos e/ou religiosos e que controlam negócios nos setores de educação, saúde, imobiliário, financeiro, habitação, de energia e agrário. Isto significa a representação do PIB brasileiro no controle da informação pública.

⁶Disponível em: <https://brazil.mom-rsf.org/br/midia/> Acesso em 23/06/2021.

Gramsci (1985, p.161) conceitua que jornalismo integral é o jornalismo que não somente pretende satisfazer todas as necessidades [...] de seu público, mas pretende criar e desenvolver estas necessidades. A educação pública no Brasil, incluindo a EPT, além de lidar com os sequenciados projetos de desmonte, convive com distorções de informações midiáticas que contemplam a proposta neoliberal de controle absoluto do ensino gratuito.

No livro *Escola Pública e a Imprensa Neoliberal - o Caso da Revista Veja*, Loraci Hofmann Tonus (2001) destaca algumas reportagens desta revista semanal e conclui que o discurso veiculado pelas mídias colabora na interpretação e constituição da realidade. Na opinião da autora, ao defender posições advindas de formações discursivas agregadas ao neoliberalismo, aquela mídia impressa estaria contribuindo para a impregnação desse ideário na consciência de seus leitores.

A imprensa é, estruturalmente, montada como empresa capitalista e não existiria sem o capital. No entanto, ao desviar sua conduta de bem informar aos cidadãos para cumprir obediência à classe hegemônica estaria, indiretamente, exercendo uma prática da censura prévia. Ao conviver, no século XIX, com este tipo de comportamento dos aparelhos ideológicos do estado, como bem definiu Althusser (1983), o jovem jornalista Karl Marx reagiu: “uma lei que suspende a liberdade de imprensa onde ela ainda existe e que, além disso, a suspende através da censura onde devia dar-lhe existência, não pode ser corretamente chamada de uma lei favorável à imprensa” (MARX, 1976b, p. 9).

O discurso da mídia liberal aplica as mesmas regras do neoliberalismo ao se referir, de forma pejorativa, à rede de educação profissional e tecnológica. Entre os significados construídos contra a EPT está a exigência de qualidade no ensino público sem definir o que seja essa qualidade. Tonus (2001, p. 85) exemplifica melhor esse sentido pejorativo educacional no serviço público ao citar algumas expressões depreciativas usadas pela mídia, tais como: baixa qualificação de professores, universidade pública igual a problema, excesso de pessoal, fim da estabilidade, baixa produtividade da pesquisa e cobranças de mensalidades nas universidades públicas. Esses assuntos tornaram-se recorrentes como pauta da imprensa tradicional brasileira e nela, sempre é adotado humilhação ao ensino público em relação à educação na iniciativa privada. Um trecho de reportagem apurada na *Veja*, por Tonus e que atesta esse sentido aviltante afirma que “o papel do ser humano no mundo do trabalho é produzir novas ideias. O futuro, de acordo com especialistas, não é das pessoas que apertam parafusos, mas de quem imagina um novo processo pelo qual os parafusos são apertados”.

Outra pesquisa que atesta a relação da mídia brasileira com o projeto neoliberal na educação pública é de Vera Regina Serezer Gerzson (2007). Em sua tese de doutorado, intitulada *A mídia da governamentalidade neoliberal - os discursos sobre educação nas revistas Veja, Época e IstoÉ*, a autora identificou que esses periódicos semanais são compreendidos como dispositivos de governamentalidade neoliberal.

Em coleta feita em junho e julho de 2021, o autor deste artigo constata a realidade apresentada pelas autoras citadas anteriormente. No site do jornal Folha de São Paulo, por exemplo, uma reportagem de 18.06.2021 com o título *Novo ensino médio possibilita avanço da formação técnica*⁷, destaca que somente 11% dos jovens finalizam a educação básica na modalidade técnica, quando a média exigida pela OCDE (Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico) é de 42%. Os números divulgados pelo jornal constata a intervenção do mercado na educação profissional ao anunciar que os resultados são de um seminário realizado pela Folha de São Paulo em parceria com o Itaú Educação, representação do mercado financeiro na proposta de privatização da rede pública de ensino. Nesse mesmo dia, esse mesmo site publica reportagem sob o título *Sem política federal, ensino técnico tem matrículas estagnadas*⁸, na qual alimenta a ideia de que o fomento ao ensino técnico está estagnado, porque não há política definida pelo governo. O veículo de comunicação afirma ainda que, a situação se dá por conta da falta de agenda e de um consenso entre os setores públicos e privados que, segundo o site, tem se refletido nas matrículas estagnadas e no corte do orçamento. No entanto, a mídia oculta a informação de que governos neoliberais instalados

⁷https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2021/06/novo-ensino-medio-possibilita-avanco-da-formacao-tecnica.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=twfolha

⁸<https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2021/06/sem-politica-federal-ensino-tecnico-tem-matriculas-estagnadas.shtml>

no país desde 2016 e que retomaram com perversidade a prática neoliberal, contribuíram para o quadro desfavorável para beneficiar o capital internacional. Em outra matéria intitulada *Por diversidade, recrutadores relaxam exigência do diploma*⁹ também no dia 18 de junho de 2021, o site da Folha de São Paulo destaca uma “falsa” inclusão social por parte dos empregadores ao justificar que, como é pequeno o número de negros concluintes do ensino superior, o mercado está repensando essa exigência e convocar pessoas negras sem graduação. O que na prática, a mídia chama de inclusão social na realidade confirma o projeto neoliberal de que a universidade é destinada à elite dominante e não aos desfavorecidos e que a estes é destinado o trabalho manual.

Uma reportagem do Jornal Nacional, da TV Globo do dia 22 de junho de 2021 sobre evasão nas escolas públicas do país, expõe as entidades neoliberais por trás do descrédito do ensino público, a partir de pesquisas feitas por essas organizações privatistas para evidenciar o sucateamento propositado da rede oficial de ensino, conforme as regras estabelecidas pelos organismos internacionais, entre essas: a Fundação Lemann, Itaú Social, Datafolha e Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bird). As duas primeiras entidades foram citadas por Dante Moura, no *Seminário Temático: diálogos urgentes em EPT*, promovido pelo Instituto Federal Sul- Campus Lageado pelo canal YouTube¹⁰ como interessadas no controle privado da educação básica. Mais um exemplo de reportagem com tom negativo da mídia contra a EPT pública vem do site do jornal O Globo do dia 29 de julho de 2021 que destaca a realização de um *“Fórum internacional do Senac debate educação profissional”*¹¹, no período de 2 a 7 de agosto. O conteúdo textual cita a presença convidados especiais, porém não são os pesquisadores históricos da educação pública e comprometidos com o bem-estar social, mas sim nomes de instituições de ensino privado dos Estados Unidos e Portugal, cuja pauta remete ao ensino flexibilizado, como a educação não-formal, pedagogia social e as ditas, incertezas da educação profissional. Essa tem sido a posição da mídia corporativa, aquela que tem grande alcance de público no Brasil e que tem se comportado como um acessório importante do projeto neoliberal de sucateamento da educação pública e, portanto os cortes orçamentários no sistema oficial de ensino não compõem a pauta diária desses veículos de comunicação de massa. No entanto, como toda regra há exceção, vez por outra, os pacotes de maldades governamentais são expostos, porém em mídia de pequeno porte. Como a reportagem do site Extra, do Rio de Janeiro do dia 25 de maio de 2021 cujo título foi *Colégios federais, como o Cefet e o Pedro II, sofrem corte de 20% no orçamento, e verba só dá até setembro*.¹² O texto cita a redução orçamentária para universidades e institutos federais em 20% em relação ao ano anterior pelo Ministério da Educação, contudo não explica ao leitor quais os reais motivos da aplicação da “tesourada” na educação pública. Outro detalhe importante que escancara o comprometimento da mídia com o desgaste do ensino da rede pública é a escolha dos especialistas ouvidos em entrevista. A maioria são profissionais da educação vinculadas às instituições privadas ou de organizações não-governamentais vinculadas a entidades financeiras, como pode-se atestar na busca pela frase “especialistas em educação” dos portais G1, CNN e Folha de São Paulo.

Um olhar mais atento ao comportamento midiático quanto à educação profissional e tecnológica da rede oficial perceberá que esses veículos de comunicação, poucas vezes destacam a atuação da rede de federal de educação profissional e tecnológica que, por meio de seus institutos federais, dos Cefets e do Colégio Pedro II, tornou-se referência nacional no tripé ensino, pesquisa, extensão e nas práticas de promoção da inclusão social.

Para Delcambre e Reuter (2011), o apagamento enunciativo não deve ser visto como um apagamento da fonte do discurso, mas como a construção de uma teia entre o seu texto e o discurso de outras fontes variadas. O método pode ser visto em diversas esferas e, é muito comum vê-lo em notícias jornalísticas, uma vez que esses textos são marcados por posições

⁹<https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2021/06/por-diversidade-recrutadores-relaxam-exigencia-do-diploma.shtml>

¹⁰Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3Raz8vxSABJ>. Acesso em 23/06/2021.

¹¹<https://oglobo.globo.com/economia/cnc-noticias/forum-internacional-do-senac-debate-educacao-profissional-25131951>

¹²Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/educacao/colegios-federais-como-cefet-o-pedro-ii-sofrem-corte-de-20-no-orcamento-verba-so-da-ate-setembro-25032618.html>. Acessado em 15/03/2022

discursivas e de interesse de determinados grupos e empresas, sem neutralidade como aponta Gláucia do Carmo Xavier. A autora cita, por exemplo, os casos de rompimentos das barragens de Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais, respectivamente em 2015 e 2019 ao fazer uma análise de discurso dos textos da mídia corporativa.

Nesses casos, o apagamento discursivo, por meio do universo jornalístico, quando não se diz o nome das empresas e passa a se dizer apenas os nomes das cidades atingidas. Esse apagamento ocorre com o passar do tempo e as pessoas esquecem dos nomes das empresas e se lembram apenas das tragédias “de Mariana” e “de Brumadinho” (Xavier, 2019).

4. Considerações Finais

O artigo evidencia a ferocidade com que o sistema capitalista neoliberal devora o que resta de políticas públicas e de bem-estar social do Estado, obstruindo as conquistas dos direitos sociais e civis dos cidadãos garantidos no artigo 6º da Constituição Brasileira, promulgada em 5 de outubro de 1988.

A proposta de desmonte da educação pública, incluindo a educação profissional e tecnológica, segue a mesma cartilha de privatização que já levou ao fim, até o momento, os serviços públicos de transportes, comunicação e de minas e energia. No caso do ensino público e gratuito, incluindo o ensino médio integrado à educação profissional, essa ação ainda não foi concretizada, graças à resistência dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada.

Contudo, assiste-se, neste período, à forma mais cruel de a ideologia neoliberal asfixiar o funcionamento das instituições públicas de ensino, que é por meio de bloqueios e cortes orçamentários. Resistência e pressão da sociedade brasileira contra essa devassa institucional podem reverter esse intento, como bem afirma Moura (2012, p.53) “movimentos nesta direção só ocorrerão, a partir da mobilização e pressão da sociedade organizada sobre o Estado”.

O desmonte do Estado e especificamente, da educação pública enseja debates mais intensivos sobre o papel social do Estado, atualmente, encurralado pelas práticas neoliberais sob o ponto de vista econômico e político. Desde 2016, a partir da mobilização dos setores conservadores e da grande parte da elite brasileira para impedir os avanços progressistas no campo da ciência e da educação, o Brasil convive com o retrocesso mais brutal na história da República, o que demonstra que o neoliberalismo com seu projeto de estado mínimo fracassou. Porém reparar os estragos, tais como o desemprego em massa e, como efeito, a evolução da fome e da miséria, exigirá um esforço social coletivo. Países como, Argentina, Bolívia, Peru e Chile que entre 2020 e 2022, alteraram, por meio das urnas eleitorais, sua plataforma de governo, adotando o bem-estar social têm sentido dificuldade nesta tarefa de devolver a dignidade à população. Apesar de ter sido bloqueado em sua sanha de desmonte do Estado nesses países, essa tríade (neoliberalismo, consenso de Washington e mídia corporativa) ainda resistirá, enquanto houver fôlego para abocanhar o que restará de Estado. E, no que diz respeito à educação pública e gratuita, somente a insistência da sociedade civil em repudiar e denunciar as práticas neoliberais contra a administração pública, em forma de publicações científicas, mobilização da comunidade universitária e a escolha de um governo progressista podem garantir a autonomia e a consciência crítica dos cidadãos para reverter o atual quadro social. E, deste modo, fica como sugestão, a discussão sobre a desglobalização como produto do fracasso do neoliberalismo nos países ocidentais e, principalmente naqueles dependentes do capital internacional.

Referências

- Alfano, B. (2021) *Escolas federais, como institutos e Pedro II, sofrem corte de 20% no orçamento e verba só dá até setembro* (2021). O Globo de 21/05/2021. <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/2275-escolas-federais-como-institutos-pedro-ii-sofrem-corte-de-20-no-orcamento-verba-so-da-ate-setembro-rv1-25032570>.
- Antunes, R. (2015). *Fenomenologia da crise brasileira. Lutas Sociais*, 19(35), 9-26.
- Brasil (1996). *Leis de Diretrizes e Bases*. Lei nº 9.394. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.

Brasil (1997) Decreto nº2.208 - Revogado pelo Decreto nº 5.154, de 2004.

Brasil (2004) Decreto nº 5.154, de 2004. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

Ciavatta, M. (2014). *O ensino integrado, a politecnicidade e a educação omnilateral. Por que lutamos?* Trabalho & Educação, 23(1), 187-205

Castro, A. M. D. A.; Santos (2021). Íkaro de P. *Crisis of Capital, Austerity and Education in Brazil*. Research, Society and Development, 10(2), e49810212523, 10.33448/rsd-v10i2.12523. <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/12523>. Acesso em: 14 mar. 2022

Delcambre, I., & Lahanier-Reuter, D. (2012). *Littéracies universitaires: nouvelles perspectives* Pratiques, nº 153-154, Metz, Cresef.

Ebrahim F.D. M; Castilho, F de A; & Silva, C. F da (2022) *A importância da disseminação dos conhecimentos básicos do direito administrativo aplicada aos técnicos administrativos em educação: o fazer administrativo consciente*. Research, Society and Development, 11(4), e53811427779. 10.33448/rsd-v11i4.27779. <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/27779>.

Felipe, K. de F.; Silva, A. V. L. Oliveira, E. G. Arrais Neto, E. A. (2022). *Constitution of the Rule of rights: reflections on evolutions and setbacks throughout history*. Research, Society and Development, 11(5), e9811527900. 10.33448/rsd-v11i5.27900. <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/27900>.

FIESP. (1990). Livres para crescer: proposta para um Brasil moderno. Cultura Editores Associados.

Filho, M. C. (1986). *O Capital da Notícia* – Editora Ática.

Frigotto, G. (2007). *A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica* - Educ. Soc., 28(100), 1129-1152. <<http://www.cedes.unicamp.br>>

Gerzon, V. R. S. (2007) [Tese]. *A mídia como dispositivo da governamentalidade neoliberal: os discursos sobre educação nas revistas Veja, Época e Istoé*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*: Atlas.

Gramsci, A. Caderno 12 (1932). *Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais*. In: Gramsci A. Cadernos do Cárcere – Volume 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2 Ed. Civilização Brasileira: 2001. 13-53.

Hayek, Friedrich A (1990). *O caminho da servidão*. Tradução e revisão Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. (5a ed.), Instituto Liberal, 1990. 221 p.

Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. *Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília.

Moura, D. H. (2013). *Ensino médio integrado: submissão aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral?* Educação e Pesquisa, 39(3), 705-720.

Rosa, A. H. (2017). *Formar para Vida ou para o mercado de trabalho, “eis a questão”: um olhar profundo sobre a formação profissional ofertada pelo Instituto Federal do Piauí*. In: IV encontro Internacional Trabalho e Perspectiva de Formação dos Trabalhadores - Labor, Vol. 01 nº 02. 2017. Local de realização do evento. Anais do Encontro Internacional Trabalho e Perspectiva de Formação dos Trabalhadores. Faculdade de educação - UFC: Nupep, 2017. 1292 - 1298.

Saviani, D. (1989). *Sobre a concepção de politecnicidade*. Fiocruz.

Saviani, D. (2018). *Escola e Democracia*, (43a ed.), Autores Associados, 144p.

Saviani, D. (2003). *O Choque teórico da politecnicidade*. Trabalho, Educação e Saúde, 1(1), 131-153.

Silva, E. F. Da; & Moraes, E. C (2022). Understanding the importance of the work of administrative servants at EPT from a freirian perspective. Research, Society and Development, 11(4), e34911427380, 10.33448/rsd-v11i4.27380. <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/27380>. Acesso em: 4 apr. 2022.

Tonus, L. H. (2001). *Escola Pública e Imprensa Neoliberal*. Curitiba. HD Livros Editora.

Xavier, G. do C. (2019). *Letramento científico e os desafios do processo de construção de textos acadêmicos*: in Metodologia da pesquisa em educação profissional e tecnológicas: dilemas e provocações contemporâneas/org. Vantoir Roberto Brancher, Lisiane Darlene Canterle, Fernanda de Camargo Machado – Curitiba; Brazil Publishing. 21cm